

O
SILENCIAMENTO
HISTÓRICO DAS
MULHERES DA
AMAZÔNIA
BRASILEIRA

[ARTIGO]

Fabiana Nogueira Chaves

Universidade Federal do Acre.

Maria Rita de Assis César

Universidade Federal do Paraná.

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho analisa aspectos históricos da Amazônia Brasileira, relatando características colonizadoras que levaram a uma maior desigualdade de gênero na região e a altos índices de violência contra a mulher. Busca-se expor especificidades do sistema de ocupação predatória da região e destacar o silenciamento da mulher amazônica como política de Estado. Assim, este trabalho procura produzir um texto crítico sobre o processo de saque da Amazônia, apontando a perpetuação de estereótipos que até hoje sustentam o silenciamento e a violência contra a mulher.

Palavras-chave: História da Amazônia. Mulheres da Amazônia. Desigualdade de gênero. Violência contra a mulher.

This study analyzes some historical aspects of the Brazilian Amazon, reporting colonizing characteristics that led to greater gender inequality in the region and high rates of violence against women. It seeks to expose peculiarities of the process of predatory occupation of the region and to highlight the silencing of amazon women as a State policy. Thus, this paper seeks to produce a critical text on the process of sacking the Amazon, emphasizing the perpetuation of stereotypes that until now support the silencing and violence against women.

Keywords: History of the Amazon. Women of the Amazon. Gender inequality. Violence against women.

El presente trabajo analiza algunos aspectos históricos de la Amazonía brasileña, planteando características colonizadoras que llevaron a una mayor desigualdad de género en la región y a altos índices de violencia contra la mujer. Se busca exponer particularidades del sistema de ocupación predatoria de la región y destacar el silenciamiento de la mujer amazónica como política de Estado. Así este trabajo busca aportar con un texto crítico sobre el proceso de saqueo de la Amazonía, apuntando a la perpetuación de estereotipos que hasta hoy sostienen el silenciamiento y la violencia contra la mujer.

Palabras clave: Historia de la Amazonía. Mujeres de la Amazonía. Desigualdad de género. Violencia contra la mujer.

Introdução

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo (WAISELFISZ, 2015, p. 27). Nota-se que apesar da criação de leis como a Maria da Penha, de 2006, as violências, em seus mais diversos níveis, seguem alarmantes. Quando o assunto é violência sexual, a situação é ainda mais assustadora, segundo a pesquisa “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde” (CERQUEIRA; COELHO, 2014), produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a cada 11 minutos acontece um estupro no Brasil. A pesquisa ressalta a subnotificação dos casos, falando em apenas 10% de casos notificados, estimando que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam esturpadas por ano no país. As vítimas, em sua maioria, mulheres e meninas. A situação é crítica no que se refere aos direitos das mulheres, porém, dentro do próprio Brasil, existe uma região em situação de vulnerabilidade ainda maior: a Amazônia. Essa região do país está em desvantagem em vários indicadores sociais, o que faz com que a situação das mulheres seja ainda pior que no restante da federação.

A Amazônia Legal engloba hoje a totalidade dos seguintes estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, parcialmente, Maranhão. Soma aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, cerca de 60% do território nacional, dominada por dois biomas: cerrado (20%) e floresta (80%). Portanto, o bioma Amazônia de floresta representa cerca de 80% da região, ou seja, uma superfície

de 4,2 milhões de quilômetros quadrados (BRASIL, 2008b).

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), são 24 milhões de habitantes na Amazônia Brasileira. O crescimento populacional entre 1950 e 2007 totalizou 516%, contra uma média nacional de 254% no mesmo período. Aproximadamente 12% da população brasileira vive na região. Sete milhões de pessoas permanecem na zona rural, minoria que realmente habita a floresta e suas proximidades; enquanto 70% da população amazônica vive em vilas e cidades tão globalizadas quanto qualquer outra cidade do país (BRASIL, 2008b, p. 22). Ao contrário do que indica o senso comum e a simplificação midiática, a chamada floresta amazônica e sua população está longe de ser homogênea

Desde o século XVI, os interesses das classes hegemônicas dos principais países capitalistas influenciam diretamente sua história. Em regra, a partir daquela época, a maioria da população amazônica tornou-se classe subalterna e os rumos da região passaram a ser definidos exogenamente. Dessa maneira criou-se o mito de um vazio demográfico e uma falsa unidade cultural num território muito vasto.

Desde o princípio, o mito do vazio demográfico soa como um enorme desrespeito a milhões de pessoas que viviam na Amazônia brasileira e, apurando-se mais a crítica, percebe-se a sutileza de tratar-se, na verdade, de um vazio de pessoas consideradas importantes para a sociedade brasileira, ignorando o mérito dos índios e suas culturas. Inúmeras evidências fazem crer que tal procedimento com o índio ainda

existe [...] evidencia-se a ação excludente promovida pelos países centrais do capitalismo, em qualquer período histórico. Ontem, o índio, hoje, o amazônida em geral (BITTENCOURT, 2013, p. 12).

A Amazônia sempre foi vista como mera provedora de matérias primas e de riquezas. Historicamente saqueada, a diversidade étnica, social e cultural não vem acompanhada de qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera indicadores como educação, longevidade e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, apresenta números abaixo da média nacional de 0,757 em todos os estados amazônicos, exceto Mato Grosso (BITTENCOURT, 2013, p. 43).

A Amazônia brasileira é como um país de segunda classe dentro do próprio Brasil. Em 2006, os estados amazônicos apresentaram graus muito inferiores aos nacionais em termos de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Brasil: 31,73%, contra Amazônia: 18,35%). Ressalta-se ainda a existência do sistema de aviamento e escravidão. Nos primeiros sete anos do século XXI o Ministério do Trabalho e Emprego libertou 17.507 trabalhadores em condições de escravidão, quase todos em estados da região. É importante ressaltar que muitos dos trabalhadores resgatados eram mulheres em situação de escravidão sexual e vítimas de tráfico humano (BRASIL, 2008a, p. 54).

As condições de trabalho das mulheres na Amazônia mantêm-se inferiores aos demais estados do Brasil. A mulher da Amazônia ganha o equivalente a 80% do rendimento médio das mulheres brasileiras e cerca de 70% do rendimento masculino na região (BRASIL, 2008b, p. 27-28).

É interessante notar que os estados amazônicos estão longe de liderar o ranking de feminicídios e de violência sexual em números, porém estima-se que a região é a com maior número de subnotificações do país (WAISELFISZ, 2015). Em algumas cidades interioranas sequer existem delegacias, a população não tem acesso à informação e o machismo impera impune. Além disso podemos destacar o uso corriqueiro de armas de fogo e armas brancas no dia a dia, sem nenhuma fiscalização ou controle.

De acordo com o *Atlas da violência 2018* (CERQUEIRA *et al.*, 2018), comparando as taxas de homicídios de mulheres entre os anos de 2006 e 2016, nota-se que em quase todos os estados que integram a Amazônia Legal houve aumento do número e taxa de feminicídios: no Acre a taxa subiu de 4,5 para 5,7; no Amazonas de 3,2 para 5,9; no Maranhão de 2,1 para 4,5; no Pará subiu de 3,9 para 7,2; em Roraima de 6,4 para 10; no Mato Grosso de 4,9 para 6,4; no Tocantins de 3,3 para 6. O único estado que apresentou taxas decrescentes foi Rondônia, que em 2006 apresentava uma taxa de 6,6; caindo para 6,2 em 2016.

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos.

É importante salientar que no Brasil as mulheres são maioria, compondo 51,4% da população. Os poucos estados que estão na contramão dessa estatística estão na Amazônia: Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará. Já Acre, Amapá e Mato Grosso possuem porcentagem equivalente de homens e mulheres. Dessa maneira, a Amazônia acaba por ter uma população masculina superior à feminina.

Esse número de homens superior ao de mulheres pode ser explicado pelos fluxos migratórios para a região amazônica no final do século XIX e início do século XX. Ao mesmo tempo, segundo Cristina Scheibe Wolff (2011) em muitos relatos históricos sobre a formação amazônica, as mulheres da terra, ou seja, as indígenas, ribeirinhas e pobres, não eram consideradas como população, ou seja, não eram contabilizadas por não serem consideradas humanas.

Dentro dessa perspectiva e para entender as especificidades da Amazônia brasileira, é necessário conhecer um pouco mais sobre esse território de que tanto se fala e do qual tão pouco se conhece, principalmente quando falamos em termos de desenvolvimento humano. Quando se propõe um tópico sobre a formação histórica da Amazônia é justamente por acreditar que a situação precária e de vulnerabilidade em que vivem as mulheres amazônicas está intimamente ligada aos processos históricos e formativos da região. Se a Amazônia foi uma região recentemente massacrada e violada pelo capitalismo mais primitivo e selvagem, pode-se afirmar também que, dentro desse processo, as primeiras vítimas foram as mulheres, violadas tanto pelo forasteiro quanto pelo homem local explorado.

1. Aspectos históricos de uma Amazônia subalternizada

Do ponto de vista da história oficial ocidental, que tratou a invasão europeia como “descoberta”, vê-se a história da Amazônia intimamente ligada à expansão do sistema capitalista. Foram muitas as expedições espanholas em busca de riquezas, matérias-primas e produtos para o comércio. Essas expedições eram guiadas por relatos difusos sobre a existência de outros continentes e por mitos como El Dorado, rio do ouro e cidade do ouro. Estima-se que mais de 60 empresas e viagens espanholas foram realizadas para vasculhar a região do Rio das Amazonas (GONDIM, 1994).

Os motivos que levaram os primeiros europeus à Amazônia foram geopolíticos. Tiveram como contexto a disputa diplomática das duas potências marítimas, Portugal e Espanha, pelo domínio de terras descobertas a oeste e sul, do outro lado do Atlântico.

A ansiedade era tanta e as informações tão desconstruídas que em 1494 se celebrou o Tratado de Tordesilhas, que dispunha sobre os limites de terras desconhecidas pelas partes signatárias do acordo. Os ibéricos, então, lançaram-se cada vez mais ao mar. Junto com a descoberta do Brasil e da América, as implicações geopolíticas da chegada à Amazônia foram consideráveis. A Europa mudava sua visão de mundo, tendo acesso a territórios, a espécies, a biomas e a povos diferentes. No entanto, a planície amazônica permaneceu desconhecida por mais de 40 anos, até que em 1541 o governador da província de Quito (atual Equador), Gonzalo Pizarro,

deu início a uma expedição para reconhecer e para tomar posse das terras entre os Andes e o Oceano Atlântico, pertencentes à Espanha, segundo Tordesilhas. Como fator econômico, havia a perspectiva de descoberta do “País da Canela” e do reino do El Dorado (BITTENCOURT, 2018, p. 21).

Os expedicionários, comandados por Francisco de Orellana, homem de confiança de Pizarro, teriam de enfrentar diversos percalços, como atravessar os Andes e enfrentar uma série de barreiras naturais.

A expedição de Orellana prosseguiu pelo Napo, até chegar ao eixo do “Grande Rio” ou “Paranauçu”, como era chamado pelos povos indígenas aquele que seria depois denominado por Orellana como “Rio das Amazonas”. Continuou navegando com o apoio das populações indígenas, tendo chegado a 3 de junho de 1542 ao rio Negro, nome dado pelo próprio Orellana, quando deparou com o encontro de suas águas com as do Amazonas. [...] Finalmente, em 23 de junho, os aventureiros chegaram à foz do rio Nhamundá, onde se depararam com uma tribo indígena que lhes pareceu ser constituída de mulheres guerreiras (RIBEIRO, 2005, p. 30).

Orellana lembrou-se das lendárias amazonas da Ásia Menor, batizando o Rio como Rio das Amazonas, que posteriormente daria nome também ao bioma e a toda a região. Segundo Gondim (1994), o responsável pelo relato da expedição era Frei Gaspar de Carvajal, que descreveu com riqueza de detalhes e também muito fantasiou sobre as amazonas sul-americanas. Carvajal narra batalhas ferozes com essas mulheres, que tentavam matar os intrusos a pauladas. Elas seriam altas e brancas, com

cabelos enrolados na cabeça, andando nuas. Segundo seus relatos, um índio da região que fora aprisionado e indagado sobre essas mulheres disse que eram as amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra. Não se sabe, até hoje, o que era realidade e o que era fantasia sobre essas mulheres guerreiras. Mas, de qualquer maneira, é interessante notar que um dos primeiros eventos “históricos” que descrevem oficialmente a Amazônia começa por falar das mulheres, a história de uma possível sociedade matriarcal: o primeiro relato específico sobre as mulheres amazônicas¹.

Os relatos fantasiosos, exagerados e repletos de alegorias criam a Amazônia da maneira como seria representada pelo colonizador. O etnocentrismo do europeu buscava associações com sua própria cultura, mesmo havendo uma dessemelhança extrema. Essa óptica permanece ainda nos dias atuais, gerando variadas distorções na representação e no imaginário sobre a região.

Contudo, algumas questões históricas traçaram novos rumos importantes à região: no evento conhecido como União Ibérica (1580-1640), um monarca espanhol assume a Coroa portuguesa. Assim, tanto o Brasil descoberto por portugueses (leste da linha imaginária de Tordesilhas) quanto a Amazônia (oeste) ficaram sob o domínio da Espanha. Dessa forma, em 1612, a colonização da Amazônia foi iniciada pelos dois países unidos. O fato configura-se como

¹ As informações históricas do período, bem como os aspectos geopolíticos advindos de tais acontecimentos, nesta e nas próximas páginas, baseiam-se em Ribeiro (2005).

importante nos desdobramentos históricos do território amazônico que viria a se tornar português e, posteriormente, brasileiro.

A princípio, a Espanha saiu do Tratado de Tordesilhas dona dos impérios mais ricos do mundo: Maia, Asteca e Inca. Nestes investiu toda sua potência de exploração, saqueando-os avidamente e deixando a Amazônia esquecida por um tempo, pois suas riquezas ainda precisavam ser descobertas para poderem ser exploradas. Como a base do Império Espanhol encontrava-se em terras andinas, para conseguir-se chegar até a Amazônia havia grande dificuldade em transpor a Cordilheira dos Andes. Então, a melhor maneira de explorá-la seria pela foz do Rio Amazonas, decisão tomada em 1615, após a expulsão dos franceses da Ilha do Maranhão.

A União Ibérica favoreceu que os portugueses pudessem adentrar na Amazônia sem que houvesse objeção ou resistência espanhola. Além disso, as circunstâncias obrigavam os espanhóis a indicarem portugueses para colonizar a área, devido tanto à proximidade das terras portuguesas das terras amazônicas espanholas quanto ao conhecimento geográfico assimilado por eles ao longo da colonização do Brasil².

Estabelecida a cidade de Belém na entrada da bacia amazônica (1616), a conquista da planície parecia cada vez mais tangível aos portugueses. Mesmo com o fim da União Ibérica em 1640, eles seguiram

ocupando a região, desafiando abertamente o Tratado de Tordesilhas. Portugal consolidou assim sua presença na Amazônia, desconsiderando a presença indígena e culturas locais. Acreditavam que aqueles povos não poderiam ter soberania sobre suas terras porque seriam selvagens. Nesse sentido, justificaram um dos maiores genocídios da humanidade, ocorridos nos séculos XVII e XVIII. É importante destacar esse aspecto para iniciarmos o pensamento sobre os povos da Amazônia e a formação histórica da região. Os homens indígenas sofreram os mais diversos tipos de violência, sendo mortos e escravizados, enquanto as mulheres indígenas estavam sujeitas a essas agressões e, também, a estupros, que eram corriqueiros. A miscigenação na Amazônia ocorreu mediante violência. O povo amazônico, miscigenado, nasceu do estupro, como em todo território nacional.

Superiores na arte da guerra, os europeus não titubearam em destruir culturas em nome do comércio e do lucro, iniciando o processo predatório da floresta e de seus povos. O objetivo era mostrar ao mundo o domínio sobre a Amazônia, criando uma situação irreversível de posse. Em 1654, criou-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, em uma condição excepcional de autonomia. Desvinculado do Brasil, tinha relação direta com a capital metropolitana, Lisboa (BITTENCOURT, 2018, p. 25).

A autonomia do Estado facilitou a implantação de cidades e vilas, que se transformaram em locais estratégicos para concentrar e exportar as drogas do sertão e produtos florestais, como cacau, cravo, sementes, raízes e madeira. Nesse contexto, os missionários tiveram papel de extrema importância, sendo os maiores agentes de

² É crucial entender que Amazônia e Brasil tiveram processos de colonização diferentes, em períodos diferentes e de maneiras diferentes, isso é demasiado importante para compreender a exploração desenvolvimentista tardia nesse território.

ocupação efetiva da Amazônia pelos portugueses (RIBEIRO, 2005, p. 61).

Diversas ordens religiosas católicas, como franciscanos, carmelitas, mercedários, jesuítas e capuchos, receberam Cartas Régias outorgando a elas poderes para ocupar e “civilizar” as margens do Rio das Amazonas, perfazendo um total de 39 concessões. Foram enviados muitos missionários para realizar a ocupação portuguesa da região, considerando que a população indígena seria numericamente muito superior à população portuguesa da época.

Projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista, entre três e cinco milhões de pessoas, na Amazônia brasileira. A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes (CARVALHO; HECK; LOEBENS, 2005, p. 238-239).

A Amazônia era considerada uma terra sem dono, mesmo sabendo que o território era há muito ocupado por diversos povos indígenas. Esses eram vistos como desimportantes. Inúmeras evidências fazem crer que tal imaginário sobre os povos amazônicos ainda existe.

No século XVII Portugal e Espanha resolveram negociar a revisão do Tratado de Tordesilhas. Os dois países declararam violação ao tratado na Ásia e na América. A partir disso, ficou estabelecido que

cada nação tomaria posse do que efetivamente possuía: Portugal ficaria com 70% da Amazônia. Neste momento, Brasil e Amazônia ainda eram colônias separadas, com seus rumos seguindo paralelamente.

Com o Tratado de Madri (1750), D. José subiu ao trono português, nomeando em seguida Marquês de Pombal como secretário de negócios estrangeiros e da guerra. Pombal permaneceu no Governo Português por quase trinta anos, promovendo na Amazônia uma vasta mudança. O marquês começou por defender a soberania direta de Portugal sobre a colônia, sem precisar do intermédio do governo instalado na capital brasileira. Em 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a chamar-se Grão-Pará e Maranhão, com sede na cidade de Belém.

As mudanças promovidas foram significativas e modificaram definitivamente a Amazônia com: demarcação de terras; criação da Capitania de São José do Rio Negro; grande mudança na relação entre Estado e igreja; incentivo à migração de colonos e incentivo à miscigenação destes com as indígenas (estupro sistemático); implantação do trabalho escravo em 1756 para reforçar o cultivo de cacau, café, algodão, cana-de-açúcar e fumo; e estímulo à pecuária.

Em 1772, o estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois: Maranhão e Piauí; e Grão-Pará e Rio Negro (atual Amazônia brasileira, exceto Acre), com capital em Belém. Iniciava-se a conjuntura que tornaria a Amazônia parte do Brasil algum tempo depois. Esses estados não foram imediatamente afetados pela independência do Brasil em 1822, tendo em vista que estavam subordinados diretamente

a Portugal. Somente em 15 de agosto de 1823 a província do Grão-Pará aderiu ao Império do Brasil, após movimentos favoráveis à independência, conduzidos pela elite paraense. Já a capitania de São José do Rio Negro incorporou-se ao Brasil somente em 9 de novembro do mesmo ano.

Ao mesmo tempo em que um imperador português governava o Brasil (D. Pedro I), na prática, os antigos colonizadores continuavam no poder, mas agora livres do controle de Portugal e, devido à imensa distância da capital do novo país (Rio de Janeiro), também se encontravam distantes de qualquer controle do Estado brasileiro. Essa elite, formada por portugueses e seus descendentes, viu-se à vontade para desencadear uma brutal exploração sobre a região e sobre sua população, formada em sua maioria por descendentes de negros, índios aculturados e mestiços em geral. Quando a Amazônia brasileira já somava uma população de 80 mil habitantes, eclodiu a Revolução dos Cabanos (BITTENCOURT, 2018, p. 29).

1.1 A Cabanagem

Segundo Ribeiro (2005, p. 123), os cabanos eram caboclos que viviam sem qualquer possibilidade de ascensão social, econômica ou política que vinham cobrar das elites brancas a situação de miséria em que viviam, responsabilizando essas elites por seu sofrimento. Pessoas em situação de exploração que se organizaram em torno de uma consciência de classe. Recusavam-se continuar a ser explorados e subalternizados, buscavam uma visão autêntica de seu povo e poder decidir os rumos de suas próprias vidas, com um governo representativo livre do cabresto dos colonizadores.

Essa revolta torna-se importante na história amazônica pois, entre 1835 e 1840, os cabanos conseguiram representar uma identidade coletiva amazônica, que chegou a assumir caráter separatista, “o Paiz do Amazonas”. Era a luta entre a classe subalterna explorada e o colonizador que seguia comandando todo o sistema produtivo e a política.

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas (RICCI, 2007, p. 6).

Ricci (2007) traz ainda diversas análises sobre esse movimento, que foi um dos mais importantes da história da região, ressaltando seu caráter revolucionário e o caráter de luta de classes que assumiu, conseguindo manter um governo popular amazônico no poder por um curto período. Nenhuma outra revolta ou movimento teve tanto impacto por tanto tempo quanto esta. Por 17 anos a Amazônia viveu uma guerra

civil, estima-se que 40% de sua população tenha sido dizimada. “O massacre desse movimento [...] fez com que se silenciasse a visão desses amazônidas a respeito de si próprios, de sua região e dos outros” (GONÇALVES, 2008, p. 19). Mais de 40 mil pessoas morreram na Cabanagem, sendo 30 mil entre os cabanos.

1.2 Onde estavam as mulheres?

Até aqui, nesta pequena parte resumida história da Amazônia, nota-se que não há personagens mulheres. Os primeiros colonizadores a chegarem em seus barcos e os portugueses que adentraram pela primeira vez a região do Rio das Amazonas eram exclusivamente homens. Na descrição histórica de Ribeiro (2005), Gondim (1994) e Bittencourt (2018), principais referências utilizadas até aqui, não se encontram personagens do sexo feminino. O ato de colonizar era masculino e as mulheres caboclas e índias, nativas da região, não eram consideradas cidadãs. A história oficial não traz retratos da vida das mulheres nesse período, pouco se sabe sobre elas e como viviam.

Porém, na Cabanagem, nota-se a existência mais contundente de mulheres. Apesar de seus nomes não constarem em dados da historiografia oficial, podemos encontrar diversos indícios de que participaram ativamente da revolta. Eliana Ramos Ferreira (2003) escreveu um dos raros artigos sobre a presença das mulheres na Cabanagem. Segundo a autora, o movimento foi uma revolta familiar, em que todos participaram. As mulheres participavam tanto na retaguarda, produzindo alimentos e criando condições para que os maridos e filhos pudessem estar na guerra, como integrando a frente de batalha. A autora traz documentos que

comprovam a prisão, em um evento, de 30 mulheres que compunham a frente de batalha; em outra circunstância aponta para a prisão de mulheres e homens atuando juntos, havendo 11 mulheres armadas. Outra ocasião relatada por meio de cartas enviadas é a de mulheres espiãs, tanto pelo lado dos cabanos quanto pelo lado dos portugueses. Porém, com o fracasso do movimento, os pobres e explorados voltaram ao lugar de origem, silenciados pelo capitalismo colonialista que voltava ao controle na Amazônia brasileira.

1.3 Os homens e o seu ciclo da borracha

O século XIX trouxe a atividade extrativista da borracha, o maior acontecimento da história política, social e econômica da Amazônia brasileira, desenvolvida para fornecer matéria-prima à indústria automobilística (RIBEIRO, 2005, p. 163-166). Com a invenção do pneumático em 1888, com o surgimento do automóvel em 1895 e com o aumento do uso da bicicleta como meio de transporte, cresceu também a demanda por borracha para fabricação desses materiais no mercado mundial, o que trouxe impactos diretos sobre a Amazônia. “No período de quarenta anos, de 1870 a 1910, a população da região Norte passou de 323 mil para 1.217.000 habitantes. Esse crescimento teve reflexos na participação amazônica na população total do país, que se elevou [sic] de 3,3% para 5,1%” (ALEGRETTI, 2002, p. 47). De acordo com a autora, de 300 a 500 mil nordestinos vieram para a Amazônia fugidos da seca e em busca de melhores condições de vida nesse período. É importante ressaltar que essas grandes levas de nordestinos, que vieram para ocupar e demarcar a região, eram quase que exclusivamente compostas por homens, transformando a população amazônica em uma

população predominantemente masculina. “Em 1869 o movimento da imigração para a Amazônia mostra a seguinte composição por sexo: do total de 1.676 imigrantes, 1.348, ou seja, 80% eram homens e 96% deles vieram sem família” (Ibidem, p. 50). Há poucos relatos da vinda de mulheres durante o primeiro ciclo da borracha.

Com a crescente demanda por látex, as décadas de 1890 e 1910 foram de plena expansão da economia da borracha. Contudo, o desenvolvimento econômico não refletia em desenvolvimento local, a Amazônia continuava sendo uma simples provedora de matérias-primas.

Os seringueiros que chegavam à Amazônia já chegavam devendo a sua viagem de vinda ao dono do seringal, estando submetidos ao conhecido sistema de aviamento. Viviam em situação análoga à escravidão, pois eram obrigados a vender a borracha que produziam pelo valor que o seringalista (patrão) estipulasse. Os produtos de subsistência e higiene também deveriam ser comprados nas vendas do seringal por valores extorsivos. Soma-se a isso que a maioria dos seringueiros era analfabeta, o que facilitava as distorções nas contas. Assim, eram raros os que conseguiam sair da condição de endividamento.

O modelo de seringal tido como clássico pela literatura é aquele que surgiu no período do auge da produção de borracha na Amazônia. Em função dos altos preços, predominavam regras voltadas para viabilizar o aumento constante da produção a custos sempre mais baixos, como o endividamento prévio, a preferência por trabalhadores solteiros, a proibição de roçados, o incentivo ao consumo de

supérfluos. Para controlar os meios de comercialização, era proibida a presença de regatões [comerciantes autônomos dos rios amazônicos] e exigida exclusividade dos seringueiros em relação ao patrão que os aviava, tanto na compra de bens de consumo quanto na venda da borracha. O descumprimento destas regras implicava em punições severas aos seringueiros [inclusive violência física] [...].

Foi com base neste modelo que a imagem do seringal ficou associada a atrocidades e violências cometidas por seringalistas contra seringueiros e à caracterização do seringal como uma modalidade de organização da produção na qual predominava uma espécie de trabalho escravo. As afirmações de Euclides da Cunha (1976) de que os seringueiros trabalhavam para reproduzir a própria escravidão, ou de Castelo Branco (1922) de que o seringueiro era um verdadeiro escravo sujeito a punições, inclusive o açoite, são reafirmadas por Chico Mendes na entrevista epígrafe deste capítulo (ALLEGRETTI, 2002, p. 135).

Ao mesmo tempo em que a Amazônia integrava a uma nova etapa da Revolução Industrial, hordas de seres humanos viviam em situação de escravidão, em condições de vida degradantes, em pleno século XX.

2. Os seringais e a violência como linguagem

Segundo Wolff (1997) a sociedade dos seringais era atravessada pela violência em todos os níveis de relação social.

A violência era uma linguagem. Nesse sentido, as relações sociais de gênero sempre possuem aspectos específicos e peculiares, ainda mais quando se cria uma sociedade dominada exclusivamente por homens, como aconteceu na Amazônia. A autora fala que nos últimos anos do primeiro ciclo da borracha apenas 25% da população seria composta por mulheres. A sociedade da violência era a sociedade do patriarcado mais cruel e primitivo.

Os homens vinham sozinhos ou solteiros na maior parte dos casos. Com o tempo, esta diferença numérica tendeu a diminuir, porém as levas contínuas de novos migrantes até a década de 1950 faziam com que sempre se mantivesse alguma diferença. Para um seringal nos moldes tradicionais, em que a agricultura era proibida no intento de que o seringueiro se dedicasse integralmente à borracha e dependesse do patrão para seu abastecimento, as mulheres não tinham, por princípio, nenhuma função produtiva. Com a crise do preço da borracha a partir de 1912, porém, a subsistência nos seringais passou a depender de uma série de atividades agrícolas e extrativistas complementares, o que deu maior visibilidade ao trabalho feminino e infantil (WOLFF, 1997, p. 96).

A autora fala ainda sobre diversos documentos aos quais teve acesso na região do Alto Juruá, no Acre, que citavam diversos casos de estupro e de violência doméstica, caracterizando como normais os crimes de honra. Em seu trabalho, a autora mostra inclusive como documentos oficiais justificavam os abusos, espancamentos e mortes quando considerado que era para defender a honra do homem. A violência contra a mulher era aceita pelo Estado.

Na cultura do seringal as mulheres não passavam de uma mercadoria de luxo, podiam ser traficadas, vendidas, encomendadas, pegas nas matas se fossem indígenas, ou roubadas. No seringal, ser mulher era pertencer a um homem. Era obedecer. Era não poder traçar os rumos de sua própria história.

A pesquisa de Wolf relata ainda como era comum mulheres indígenas serem pegas nas matas para servirem como escravas sexuais dos seringueiros e demais homens que participavam dessa dinâmica de violências do seringal. As “correrias” eram organizadas pelos seringalistas e seringueiros para tomar as terras dos povos indígenas, matar os índios e aprisionar algumas mulheres e crianças. Esse termo “correrias” nada mais é do que um eufemismo para nomear a organização de genocídios com fins fundiários e sistematizar a cultura do estupro das mulheres indígenas. Neste momento não havia diferenciação de classe, todos se uniam enquanto homens para matar indígenas e estuprar mulheres. “Se a ‘cabocla’ não queria aquele homem estranho que se apossava dela, amarravam suas mãos, colocavam um pau em sua boca para que não atingisse o homem com suas mordidas. Amansavam-na” (WOLFF, 1997, p. 104).

Se a situação geral de vida nos seringais era difícil e o seringueiro sofria diversas formas de violência de seus patrões, a situação da mulher (tanto das que viviam no seringal quanto das indígenas) era ainda muito pior, pois estava sujeita às mais diversas atrocidades. Sofriam violências físicas, psicológicas e sexuais tanto dos seringalistas quanto dos seringueiros. Frisemos que nesse período os indígenas não eram sequer considerados humanos.

Em meados de 1912, o cultivo de borracha na Ásia começou a ultrapassar a borracha nativa da Amazônia nos principais mercados mundiais. Assim, os preços caíram repentinamente, ocasionando a falência das mais importantes casas aviadoras de Manaus e Belém. Todo complexo seringalista começou a ruir. Para Bittencourt (2018), existem outros fatores que influenciaram no fim do sistema seringalista, como a incapacidade da elite amazônica em conseguir o controle do setor de exportação e o governo brasileiro ter priorizado os investimentos na economia cafeeira, pois a aristocracia amazônica possuía um papel secundário no novo cenário nacional republicano que surgia.

Foi-se o surto econômico da borracha, mas nem toda a empresa extrativista se desfez. O migrante nordestino passou a ser morador da Amazônia, e buscou reorganizar sua vida a partir da disponibilidade de terras, da riqueza da floresta e dos rios. Os seringais sobreviveram com características transfiguradas, administrados das maneiras mais díspares, dependendo da dinâmica e história de cada um. Muitos seringueiros permaneceram nos seringais abandonados pelos patrões originais, ora administrados diretamente por casas aviadoras como pagamento de dívidas. A prática da agricultura (antes proibida pelos seringalistas como forma de garantir lucros com a venda de alimentos aos seringueiros) passou a ser permitida, bem como o extrativismo. Como consequência, houve queda nos índices de mortalidade e doença (BITTENCOURT, 2018, p. 34-35).

Desse modo, pode-se dizer que a vida dos amazônidas tornou-se melhor com a decadência da economia da borracha,

demonstrando que nem sempre o desenvolvimento econômico acompanha o desenvolvimento humano, muitas vezes, como nesse caso, ocorre o contrário. Com o início das atividades de agricultura e criação de pequenos animais, as mulheres passaram a ter algum valor na vida produtiva, pois o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos não eram vistos como trabalho. Surge a dupla jornada de trabalho nos seringais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, volta-se a buscar a borracha da Amazônia, pois os aliados haviam perdido acesso à borracha asiática devido ao bloqueio dos japoneses. Dessa maneira, o Brasil fechou acordos com os Estados Unidos para o fornecimento de matéria-prima para a guerra. Novas levas de seringueiros chegaram a Amazônia na década de 1940 e os seringais foram reativados. Nesse novo momento os bancos norte-americanos financiaram diretamente a reativação dos seringais e a viagem dos nordestinos para o Acre, principal produtor de borracha na Amazônia. Os nordestinos foram forçados a escolher entre integrar as trincheiras da guerra ou vir para o Acre e, dessa maneira, mais 50 mil nordestinos (maioria cearense) chegaram à Amazônia, juntando sua mão de obra aos descendentes dos seringueiros que ali estavam desde o primeiro ciclo da borracha. Uma grande seca em 1942 contribuiu para essa migração. Nesse segundo ciclo o governo brasileiro se prontificou a ofertar o material logístico básico para sobrevivência no seringal e exigiu que os seringalistas assinassem contrato de trabalho a fim de garantir os direitos humanos básicos aos seringueiros, que tinham sido tão explorados no Primeiro Ciclo da Borracha (RIBEIRO, 2005).

É interessante notar que nesse momento a população amazônica é composta em sua

grande maioria por homens, trazidos para trabalhar nos dois ciclos da borracha; todavia, durante o segundo ciclo algumas mulheres vieram juntamente com seus maridos e filhos. A elas era imputado o trabalho doméstico, além de cuidar da agricultura. Muitas, inclusive, passaram a cortar seringa para aumentar a produção da família. Além disso, a vinda das famílias dos seringueiros fez com que estes se fixassem à terra, transformando um acampamento de homens em uma nova organização social familiar fixa (WOLFF, 1998, p. 84).

A miscigenação forçada entre seringueiros e indígenas, desde o Primeiro Ciclo da Borracha, fez com que a disparidade entre os sexos fosse diminuindo ao longo do tempo. Porém, ainda hoje se reflete na parcela maior de homens do que de mulheres na Amazônia. Não há como negar que um sistema que foi constituído sob a violência contra as mulheres em pleno século XIX não tenha gerado uma sociedade patriarcal, falocêntrica e violenta que se perpetua até hoje. O processo de miscigenação forçada por meio da cultura do estupro que se iniciou no Brasil como um todo no século XVI, na Amazônia iniciou-se no século XIX, e portanto demonstra marcas muito mais recentes e profundas.

3. A exploração moderna do território e do povo

Com o fim da guerra, em 1945, a produção da borracha entrou novamente em crise devido à queda do preço do látex no mercado internacional. No entanto a borracha continuou sendo o principal produto de exportação do Acre e de diversas outras localidades

da Amazônia (RIBEIRO, 2005). Assim, os seringueiros tornaram-se um grande grupo representativo do povo amazônico.

Com o Golpe Militar em 1964 as elites regionais amazônicas perderam seus privilégios, surgindo novos grupos de exploradores: gestores territoriais civis e militares a serviço do grande capital nacional e internacional.

Iniciou-se, assim, o tempo dos grandes projetos amazônicos, resumido no lema “Integrar para não entregar”. O desenvolvimento previsto pelos militares, com forte teor geopolítico, estruturou-se por meio da criação de algumas leis e instituições: Banco da Amazônia S/A (Basa), em 1966; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966; Lei de Incentivos Fiscais, em 1966; Lei sobre a nova política da borracha, em 1967; criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Em resumo, todas essas iniciativas sinalizaram a manutenção da Amazônia sob a tutela federal. Seguiu-se a construção das grandes estradas, conformando o novo padrão de “ocupação” da Amazônia, visando a integrá-la com as demais regiões do país por vias terrestres (BITENCOURT, 2018, p. 37).

Desencadeou-se um processo de globalização da Amazônia. Se a população era predominantemente rural, buscou-se desenvolver o meio urbano e aumentar seu contingente populacional. Todavia, com a crise mundial instituída pelo aumento repentino dos preços do petróleo, esses projetos foram afetados, pois os recursos públicos passariam a priorizar outros setores. Assim, a lógica capitalista passa a imperar de forma explícita na Amazônia, que continua sendo uma fornecedora de matérias-primas para os maiores centros.

Nesse período a pecuária e uma variedade de atividades extrativistas, como a mineração e a retirada de madeira das matas nativas, instauraram-se definitivamente. A chegada de um sistema baseado em relações estritamente financeiras chocou-se frontalmente com o modo de vida comunitário local. Seringueiros, indígenas e ribeirinhos nunca haviam experimentado um processo tão acelerado e tão violento de mudança nos hábitos e costumes (GONÇALVES, 2008).

Em 1974, o Governo Federal lança o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), incentivando a exploração mineral na região: exploração de manganês na Serra do Navio; implantação da primeira empresa de extração da Caulim da Amazônia (Cadam) e extração de bauxita no Rio Trombetas, em Oriximiná – Pará. As explorações eram realizadas por empresas estrangeiras, algumas em parceria com empresas nacionais como a Vale do Rio Doce (MONTEIRO, 2005). Eram os parceiros poderosos da ditadura garantindo seus grandes lucros por meio da exploração da terra e sociedade amazônica. É necessário citar ainda a grande exploração de minérios na Serra dos Carajás; a construção da Hidrelétrica de Tucuruí; a Ferrovia Serra do Carajás; diversos novos portos e estradas; dentre outras obras desenvolvimentistas.

A busca por modernização e por obras em nenhum momento se preocupou com as populações tradicionais locais, muito antes pelo contrário, seringueiros e indígenas foram vistos como entrave ao desenvolvimento da região, massacrados e explorados.

A ideia de uma Amazônia restrita ao recurso natural foi e é muito conveniente aos interesses hegemônicos. A exploração se

torna muito menos evidente quando se finge não haver seres humanos sendo explorados em meio às grandes obras, com a mineração e com a retirada sistemática da floresta. Essa ideia impregnou-se de tal maneira no senso comum (ratificado pela mídia) que várias pesquisas acadêmicas relacionam instantaneamente a Amazônia a meio ambiente, encobrindo e muitas vezes ignorando a existência de populações nesses locais.

Essa visão de que Amazônia é apenas uma área de florestas e rios tem contribuído para que a região seja excluída politicamente das decisões sobre seus próprios rumos. Pode-se dizer que essa postura acadêmica e a visão do senso comum são complementares na criação de lugares autônomos. Lugares inabitados, que existiriam para além dos moradores locais e estariam a serviço do forasteiro, seja nas atividades turísticas ou na exploração capitalista mais direta. Na Amazônia “a população foi relegada a uma situação subalterna de provedora de matéria-prima a preços irrisórios, em um sistema que vai fixar a riqueza resultante em outros territórios” (BITTENCOURT, 2018, p. 39).

Em pleno século XXI a lógica exploratória e a ideia de um local que é fronteira de desenvolvimento persiste. Atividades mineadoras, legalizadas e clandestinas, estão espalhadas pelo território. Quem mora em uma cidade amazônica pode comprovar a quantidade de caminhões carregados de madeira que passam pelas rodovias todos os dias. Enormes áreas de florestas são queimadas todos os anos para dar lugar à pecuária extensiva, que predomina em estados como Mato Grosso, Rondônia e Acre. Este trabalho nomeia essas atividades como colonizadoras, atividades que, além de degradar o meio ambiente local, não geram riquezas

localmente, com uma produção de lucro diretamente atrelada à produção de miseráveis. Como afirma Becker (2009), a Amazônia ainda vive uma fase de capitalismo anterior à fase pela qual passa o restante do Brasil.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o processo de colonização violento aconteceu em todo o território nacional, mas a peculiaridade amazônica está justamente no “desenvolvimento tardio”. O capitalismo violento e devastador permaneceu por muito mais tempo que em outras regiões do país. Desde o princípio da colonização de portugueses e espanhóis na América Latina, o processo de colonização da Amazônia brasileira diferiu do processo no Brasil, tendo em vista que a Amazônia não integrava o território nacional. Peculiaridades históricas pouco conhecidas e que fizeram muita diferença nos processos de desenvolvimento impostos a essas regiões. Na Amazônia a escravidão foi praticamente reinventada para gerar uma produção sem precedentes de látex em pleno século XIX.

Dentro da lógica falocêntrica que norteia toda a sociedade capitalista, as atividades colonizadoras, em sua imensa maioria, têm como agentes concretos homens. Mulheres, em um capitalismo que exalta a realização do trabalho braçal predatório, são ainda mais desvalorizadas e vulneráveis. São apagadas da história. É o que acontece na Amazônia. As mulheres estão expostas a todos os tipos de violência dentro de suas localidades, muitas vezes

distantes de informações que possam vir a ajudar em um processo de empoderamento, e ao mesmo tempo são estereotipadas pelo forasteiro, pela mídia e até pelas produções acadêmicas, o que eleva seu grau de insegurança.

São mulheres esquecidas pelas políticas públicas e também pela ciência, e esse é um ponto bastante significativo da conclusão deste trabalho, para que possamos tecer críticas construtivas às pesquisas acadêmicas realizadas sobre as mulheres da Amazônia. Durante o levantamento bibliográfico para a construção desse artigo, foram encontrados muito poucos trabalhos que versavam sobre a questão da mulher amazônica, inserida nesse desenvolvimentismo tardio. Os resultados trouxeram artigos, teses e dissertações muito específicos, mais voltados a trabalhos etnográficos com populações ribeirinhas, seringueiras e mulheres indígenas, ou ainda relacionando essas populações a áreas florestais de conservação. A procura por fontes nos principais portais acadêmicos nacionais e do mundo mostrou que a imensa maioria das pesquisas disponíveis on-line sobre Amazônia trata de questões ambientais, associando fauna, flora, topografia, hidrografia, ao mesmo tempo em que a maioria delas não inclui o fator humano como essencial.

O mito do vazio demográfico e a estereotipação da população dessa região não estão presentes apenas na mídia e no senso comum, mas também na pesquisa científica realizada no Brasil e no exterior, que acaba por desconsiderar a maioria da população local. Este trabalho não questiona a importância das pesquisas sobre meio ambiente na Amazônia, mas sim acredita

ser um problema que estas não venham acompanhadas de averiguações sobre as populações que a habitam. Em uma região que tem mais de 70% das pessoas vivendo na zona urbana (BRASIL, 2008, p. 22), a maioria das pesquisas ater-se apenas às zonas rurais e seus habitantes demonstra que temos uma lacuna científica muito grande. O problema é que a maior parte das pesquisas realizada na Amazônia ainda acontece sob a ótica do colonizador.

A imensa maioria das bibliografias encontradas sobre a mulher amazônica usa os termos “mulheres da floresta”, “mulheres das águas”, abordando apenas realidades específicas das populações ribeirinhas, seringueiras ou indígenas, conforme descrito anteriormente. O estudo das realidades dessas mulheres se faz profundamente importante em uma região extremamente periférica do país, porém estando as pesquisas voltadas apenas a essas mulheres, 70% das mulheres amazônicas ficam fora desses estudos. Mulheres da floresta não é sinônimo de mulher amazônica, por exemplo. Essas características definidoras acabam por reiterar a lógica hegemônica, que, por meio de uma visão etnocêntrica, avalia o exótico, o pobre, o periférico.

As mulheres amazônicas são as mulheres indígenas, são as seringueiras, mas são, também, em sua maioria, mulheres que hoje vivem nas cidades globalizadas e acabam sendo silenciadas pela mesma historiografia tão criticada pela academia. Portanto, a solução para o silenciamento das mulheres amazônicas, sejam elas, ribeirinhas, seringueiras, indígenas ou urbanas, é que elas possam inserir-se na academia, ter voz, ocupar os espaços de produção de conhecimento e de políticas públicas.

Essa mulher amazônica precisa do espaço para dissertar sobre si e encontrar soluções endógenas para a questão dos silenciamento histórico e violento. Precisamos ouvir e procurar soluções por meio das mulheres na e da Amazônia. Precisamos de uma perspectiva decolonial. ■

[**FABIANA NOGUEIRA CHAVES**]

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Produtora cultural e pesquisadora da Universidade Federal do Acre (Ufac). Coordenadora do NEGA – Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (CNPq/Ufac).
E-mail: fabiananchaves@gmail.com

[**MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR**]

Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do LABIN – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (CNPq/UFPR).
E-mail: mrassiscesar@gmail.com

Referências

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais:** Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem. **Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica.** 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2XFVOST>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem. **Jornalismo e ambiente na Amazônia.** Rio Branco: ArteSam, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Quadro de fiscalização móvel – SIT/DR, 1995-2008.* Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008a.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável:** diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008b. Disponível em: <https://bit.ly/2JuYmUU>. Acesso em: 12 maio 2018.

CARVALHO, Priscila; HECK, Egon; LOEBENS, Francisco. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo**, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2018.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. p. 26-27. Disponível em: <https://bit.ly/2M1A7NG>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil:** uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MFbPx2>. Acesso em: 29 mar. 2017.

FERREIRA, Eliana Ramos. As mulheres na cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...].** João Pessoa: ANPUH, 2003. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2SaPeYi>. Acesso em: 11 jul. 2019.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1MuSNkH>. Acesso em: 11 jul. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945). **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 91-108, 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2XGpkBY>. Acesso em: 11 jul. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta: outras tantas histórias. **Revista de Estudos Amazônicos**, Belém, v. 6, n. 1, p. 21- 40, 2011.